

**- A SEPTUAGINTA -
UMA HERANÇA ALEXANDRINA ATÉ OS NOSSOS DIAS**

Prof. Me. Luciene de Lima Oliveira (UERJ)

RESUMO

A tradição religiosa conceitua a Septuaginta como sendo a tradução grega das Escrituras Hebraicas feita em meados do século III a.C. em Alexandria por 72 eruditos judeus. Assim, o presente artigo tem por escopo abordar a respeito da Septuaginta. Todavia, salienta-se que há certas controvérsias em relação à sua origem, aos seus tradutores, como foi realizada a tradução, qual o tempo para finalizá-la, e, por fim, a tradução grega foi, a princípio, somente da Toráh ou englobou todas as Escrituras Hebraicas dos judeus?, foi uma obra, exclusivamente, do século III a.C. ou foi um trabalho de vários séculos?. No entanto, apesar dessas discussões em torno da Septuaginta, não há como negar a sua utilidade e a sua importância para todos os estudiosos e/ou simpatizantes da língua helênica.

Palavras-chave: Alexandria; Ptolomeu II Filadelfo; Toráh; Septuaginta; Biblioteca de Alexandria

De acordo com a tradição religiosa, a Septuaginta é a tradução das Escrituras Hebraicas para a língua grega realizada na segunda metade do século III a.C. em Alexandria, cidade egípcia.

Em relação à origem dessa tradução grega, tem-se duas versões: uma considerada lendária e a outra, histórica. Cite-se, primeiramente, a lendária que se encontra na “Carta de Aristéias a Filócrates”¹. De acordo com essa carta - datada de Alexandria no ano 200 a.C. - o próprio Aristéias - que era um oficial da guarda real - escreve a seu irmão Filócrates. Nesse documento, Aristéias faz referência a uma certa embaixada que o rei egípcio, Ptolomeu II Filadelfo, enviou a Eleazar, o sumo sacerdote de Jerusalém.

Na verdade, quando o monarca soube da existência e do grande valor dos escritos sagrados judaicos, por influência de seu bibliotecário Demétrio de Fáléron, providenciou-lhes a tradução da Toráh para o idioma grego, a fim de ilustrar a recém inaugurada Biblioteca Real de Alexandria como se depreende de um trecho dessa carta:

“Eu estava presente quando [o rei] lhe perguntou: ‘quantos milhares de livros há? Ele respondeu: ‘mais de duzentos, rei; porém, estou me apressando para completar em pouco tempo os quinhentos mil que me faltam. Disseram-me que as leis dos judeus deveriam ser transcritas e formar parte de tua biblioteca’. Disse: E o que te impede de fazê-lo? Tens tudo o que é necessário à tua disposição’. Porém Demétrio respondeu: É preciso traduzi-las, pois utilizam na Judéia uma escrita peculiar, como os

egípcios, tento na disposição das letras como na pronúncia. Supõe-se que empreguem o siríaco, porém, não exatamente, mas um dialeto diferente'. Quando o rei se informou dos pormenores, deu ordem para se escrever ao sumo sacerdote dos judeus para que se realizasse o combinado”.

A delegação, que foi mandada à Jerusalém, obteve sucesso, pois o sumo sacerdote, envia a Alexandria uma cópia da Lei (Toráh que abrangia os cinco primeiros livros dos Escritos Sagrados²: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) e setenta e dois estudiosos – seis de cada tribo israelita.

Salienta-se que, durante sete dias num banquete com o rei Filadelfo, esses eruditos judeus surpreenderam a todos, com a sua sabedoria, ao serem indagados a respeito de setenta e duas questões. Os tradutores judeus, alojados na ilha de Faros, começam, então, a tradução da Lei, independentemente, dos demais. Até que, ao final de setenta e dois dias, suas traduções se mostraram muito idênticas. Após a finalização de seus trabalhos, a tradução foi lida na presença de religiosos judeus e do povo em geral que estavam reunidos em Alexandria. Assim sendo, a tradução foi declarada em perfeita conformidade e fidelidade em relação ao original hebraico. O rei ficou satisfeito e a colocou em sua Biblioteca.

Convém sublinhar que a narrativa dessa Carta perdeu crédito em alguns pontos, pois o “escritor” que se denomina Aristéias, diz que é grego e pagão, mas mostra, no decorrer da narração, que é um judeu, adorador do Deus dos “Patriarcas Israelitas” e, além do mais, é um admirador dos costumes judaicos. Apesar de considerada lendária e fantasiosa por alguns, essa narrativa da Carta de Aristéias ganhou confiança, sendo aceita por religiosos e estudiosos como Filo de Alexandria (século I a.C.) que a utilizou em seus escritos sem mencionar o nome de Aristéias e considerava os tradutores como “profetas inspirados” (De Vita Moysis II, 6). Já Flávio Josefo (século I d.C.) repete o relato de Aristéias quase que de modo literal (Ant. Jud. XII, 2). Teólogos como Tertuliano (século III d.C.) e Agostinho (século IV d.C.) também enfatizam que “os setenta e dois tradutores foram inspirados por Deus”.

É bom lembrar que o relato contado por esse determinado Aristéias foi aceito por muitos religiosos até o início do século XVI d.C., pois, depois, foi posta em dúvidas por pesquisadores como Louis Vives e H. Hody.

Há certas objeções às idéias contidas na Carta, tais como: a) como poderia alguém localizar, facilmente, as 12 tribos de Israel para encontrar os eruditos judeus de cada tribo? já que o povo judeu havia estado em cativeiros e, conseqüentemente, os membros das tribos estavam espalhados. Caso a embaixada enviada por Ptolomeu II levasse os membros de cada tribo judaica para a tradução, todo judeu tinha consciência de que o “responsável oficial” pela escritura era a tribo de Levi (cf. Deuteronômio, 17:18; 31: 25-26 e Malaquias 2:7). Desse modo, as outras onze

tribos não iriam desobedecer às regras divinas e aceitar uma proposta de tradução de seus santos escritos, sabendo que tal tarefa não era da competência deles.

Na verdade, apesar dessas controvérsias em torno dessa pseudo Carta, indaga-se se não existe algum fundamento histórico e alguns fatos verídicos nos detalhes narrados, uma vez que a Toráh foi mesmo traduzido em Alexandria e no tempo de Ptolomeu II na metade do século III a.C. No entanto, até que ponto um monarca pode ter influenciado essa tradução, o exato número de tradutores etc. não se podem precisar com maiores detalhes e absoluta certeza.

Assim é que, convém destacar a origem do ponto de vista histórico que parece ser a mais aceita e plausível no momento. Nos dois últimos séculos anteriores a Cristo, os judeus constituíam cerca de 2/5 da população de um modo geral, principalmente, em Alexandria, sendo muito numerosos no Egito. Ao lado da Palestina e da Babilônia, a cidade de Alexandria se tornou um importantíssimo núcleo judeu. A propósito, muitos dos judeus estabeleceram residência em Alexandria após exílios. Sublinhe-se que, no tempo do rei do Egito Ptolomeu II Filadelfo (285-246 a.C.), os judeus receberam privilégios políticos e religiosos. Possivelmente, esses judeus tinham perdido, em grande parte, o contato com o hebraico antigo, já que sua língua familiar, agora, era o grego alexandrino, isto é, a koiné. É bom sublinhar que o contexto histórico e social de Alexandria era favorável e propício para uma tradução das Escrituras Hebraicas para o grego. Todos admitem que a Septuaginta foi redigida em grego popular, a koinè diálekto.

Sellin e Foher pontuam que a primeira tradução a aparecer foi a da Toráh em Alexandria em meados do século III a.C., graças ao trabalho de vários tradutores, e que as traduções dos outros livros do Antigo Testamento se sucederam em um espaço bastante dilatado. O que deu ocasião, porém, a essas traduções foi o desejo do judaísmo de fala grega de poder ler e entender diretamente o Antigo Testamento em grego, em vez de se limitar à incômoda situação da simples transcrição em grego, isto é, da reprodução do texto hebraico em letras gregas. Quanto ao mais, as opiniões divergem, naturalmente, entre si no que diz respeito à origem e à história primeira da “LXX” (SELLIN-FOHER, 1977, p. 771).

Os teólogos concluem, ainda, que a tradução do Pentateuco, seja em sua forma original, seja em forma Targúmica³, já existia desde meados do século III a.C., a tradução dos “Profetas” da coleção hebraica já existia por volta do ano 200 a.C. e, por fim, a tradução da maioria dos demais livros já estava presente no I século a.C. (idem, p. 772).

Opinião parecida tem Charpentier a respeito da Septuaginta que é, para ele, na realidade, uma obra heterogênea, começada no século III a.C. e continuada até o fim do II século a.C. De acordo com Charpentier, a “versão grega abrangia todos os livros que se achavam na Bíblia Hebraica, e, depois, acrescentou-se alguns livros que só existiam no grego. Estes livros - denominados de “deuterocanônicos” pelos católicos e “apócrifos” pelos protestantes - são: Tobias, Judite, Sabedoria,

Sirácida, I e II Macabeus, Baruque e as passagens gregas de Daniel e Ester” (CHARPENTIER, 1981, p. 57).

O teólogo italiano Leloir lembra ainda que, conforme o prólogo de Eclesiástico, o sobrinho de Ben-Sirach constata que a Lei, os Profetas e os outros Livros Judaicos existem numa tradução grega e que essa diferia um pouco da hebraica. Sem dúvida, para o religioso, a tradução do Pentateuco fora feita no decorrer do III século a.C., a dos Profetas nos inícios do II século e a tradução dos Hagiógrafos⁴ estava em elaboração quando o sobrinho de Ben-Sirach escrevia seu prólogo cerca do ano 132 a.C. (LELOIR, 1969, p. 23).

Já Thackeray defende que a tradução da Septuaginta foi executada em duas etapas, à exceção da Toráh; primeiramente, traduziram-se aquelas passagens necessárias à leitura no serviço religioso da sinagoga e, depois, aos poucos, as partes restantes (apud SELLIN-FOHER, 1977, p. 772).

Em relação à forma de tradução que se encontra na “Versão dos Setenta”, tem-se também alguns comentários dignos de nota.

Charpentier salienta que a tradução é, às vezes, uma adaptação que uma simples tradução. Cita, por exemplo, a substituição de *almah*, “a jovem mulher” - do escrito hebraico de Isaías 7: 14 - por *parthénos*, “virgem” na versão grega de Mateus, 1: 23. E, acrescenta que “as versões dos diversos livros do Antigo Testamento grego diferem muito no vocabulário, no estilo, na forma, e, às vezes, há traduções muito livres; outras, mais literais, o que demonstra que elas não seriam obra dos mesmos tradutores” (CHARPENTIER, 1981, p. 57).

A opinião de Charpentier é seguida por Leloir (LELOIR, 1969, p. 23), quando enfatiza que as diversas partes da tradução têm, de fato, “características literárias diferentes e não foram elaboradas todas por uma mesma pessoa e muito menos numa mesma época”. O teólogo italiano enfatiza que a tradução grega é obra dos hebreus do Egito e não da Palestina.

Sublinhe-se que o vocábulo Septuaginta é dado, universalmente, à coleção completa dos livros do Antigo Testamento, pois, por motivos obscuros, arredondou-se o número para “setenta” (como se fosse o número exato de tradutores). A tradução grega recebe, então, a designação de “LXX” que representa o numeral “70” em algarismos romanos (mesmo que a “Carta de Aristéias” mencione que eram setenta e dois tradutores).

Deve-se sublinhar que a Septuaginta possui traduções “dependentes” e “independentes”. Entre as traduções dependentes da Septuaginta, citem-se, principalmente, a Vetus Latina, uma versão latina antiga, as versões árabes, armênia, copta, etiópica, eslava etc. que foram feitas tendo por base a versão grega dos “LXX”.

A propósito, devido à grande propagação da “Versão Grega dos Setenta” entre os cristãos primitivos, as cópias dessa versão passaram a ser numerosas com o tempo e foram surgindo alterações, havendo a necessidade de restaurar o

texto à sua pureza original. Assim é que, pouco a pouco, a LXX perdeu estima e crédito dentro do Judaísmo, uma vez que houve a constatação de diferenças entre o texto original hebraico e o texto grego traduzido. Convém lembrar a respeito do “Tratado de Soferim”⁵ I, 8, esse declarou que “o dia em que a Toráh foi traduzida é tão infeliz quanto aquele em que foi fabricado o bezerro de ouro”.⁶

Devido a esses fatos, havia a necessidade de substituir a versão grega corrente por novas versões feitas a partir do texto hebraico consonantal. Foi assim que surgiram as traduções gregas independentes de: Áquila (130 d.C.) que se preocupou em reproduzir cada particularidade do texto hebraico, trata-se de uma obra literal; de Teodocião (160 d.C.) que foi uma tradução muito aceita no círculo cristão, sendo uma espécie de revisão da tradução grega; e, por fim, a tradução de Símaco (218 d.C.) que harmonizou a reprodução literal do texto hebraico e do grego. Essa tradução de Símaco foi, depois, usada por Luciano (sacerdote de Antioquia e mártir no início do século IV d.C.) que publicou uma edição corrigida de acordo com o hebraico, tal edição é, por vezes, chamada de Koiné ou Loukianos.

Há também a Hécapla de Orígenes, grande erudito da igreja primitiva, que não é, propriamente, uma versão, mas uma obra compendiada. Orígenes compôs, em Cesaréia, a sua Hécapla ou versão de “seis colunas” em 228 d.C. As “seis colunas” estavam dispostas da direita para a esquerda, contendo os seguintes textos: 1) O texto hebraico; 2) o texto grego traduzido do hebraico; 3) a versão de Áquila; 4) a versão de Símaco; 5) A Septuaginta; 6) a versão de Teodocião. Na verdade, a quinta coluna era a mais importante, uma vez que o maior objetivo da obra de Orígenes era explicar as relações entre a LXX e o texto hebraico. O erudito, através de certos sinais, marcava o que a tradução grega tinha a mais do texto hebraico e o que ela possuía de menos⁷. Ressalte-se que Jerônimo consultou, além de rabinos judeus, essa obra de Orígenes no século IV d.C. para a tradução da Vulgata Latina.

Hoje, não há um exemplar original da Septuaginta, mas, somente, cópias, a mais antiga data de 325 d.C. que é o Códex Vaticanus. O Códex Sinaiticus pertence também ao século IV d.C.; já o Códex Alexandrinus e o Códex Ephraemi Syri receptus datam do século V d.C.

A primeira edição impressa da Septuaginta foi a da Complutensiana Poliglota que foi publicada em Alcalá (província de Madri) em 1514-1517, sendo distribuída em 1522 pelo cardeal Ximenes.

Convém lembrar, agora, da importância e da utilidade da Septuaginta nos primórdios do Cristianismo. No Novo Testamento, as citações do Antigo Testamento, muitas vezes, são da LXX. Sublinhe-se que as referências ao Antigo Testamento do texto grego são, aproximadamente, quarenta e uma no total.

Muitos dos judeus e gentios em geral que estavam em Jerusalém no dia de Pentecostes 33 d.C. eram de regiões onde se falava o grego. Sem dúvida, eles costumavam ler a Septuaginta (Atos 2: 9-11).

O discípulo Felipe explicou uma passagem da “Versão Grega” para um homem da Etiópia que regressava de Jerusalém. O etíope lia, em voz alta, um rolo religioso; Felipe, ao se aproximar, explicou-lhe o sentido daquelas palavras. O eunuco creu tanto na profecia de Isaías que chegou a ser batizado pelo discípulo (Atos 8: 26-38). A passagem da LXX que o etíope lia era de Isaías 53: 7-8 que prenunciava o sofrimento do Messias:

7 “Ele foi oprimido, mas não abriu a sua boca: como um cordeiro foi levado ao matadouro, e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a sua boca.

8 da opressão e do juízo foi tirado; e quem contará o tempo da sua vida? Porquanto foi cortado da terra dos viventes: pela transgressão do meu povo foi ele atingido”.

O apóstolo Paulo, em suas viagens missionárias, pregava a muitos gentios e “a gregos que adoravam a Deus” (Atos 13: 16, 26; 17: 4, 12). Essas pessoas, com certeza, haviam chegado a temer ao Deus Uno e Criador por terem obtido conhecimento Dele pela Septuaginta. Aliás, ao pregar o “Evangelho de Jesus Cristo” em regiões onde se falava o grego, Paulo, muitas vezes, citava partes da LXX. No versículo subscrito de I Coríntios, o apóstolo Paulo citou Isaías 64: 4.

“Mas como está escrito: as coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam”. (I Coríntios 2: 9)

Em outra ocasião, o apóstolo Paulo fez referências a algumas partes de Gênesis 22: 18; 12: 3 e 18: 18.

“Ora, tendo a Escritura previsto que Deus havia de justificar pela fé os gentios, anunciou, primeiro, o evangelho a Abraão, dizendo: Todas as nações serão benditas em ti.

De sorte que os da fé são benditos com o crente Abraão”. (Gálatas, 3: 8)

Os capítulos 6 e 7 de Atos dos Apóstolos é um bom exemplo do uso da Septuaginta pelos judeus. Estevão, na sua defesa, contou alguns fatos acerca da história israelita e cita direto a “Versão Grega”. Em Atos 7: 14, Estevão menciona que setenta e cinco almas foram com Jacó ao Egito, quando José mandou chamar seu pai e a sua parentela. Sublinhe-se que é a LXX que traz esse número de setenta e cinco pessoas, pois, de acordo com o texto hebraico de Gênesis 46: 26-27 e Êxodo 1: 5, relatam que foram setenta almas. Na verdade, os outros cinco eram netos de José que estavam já no Egito: dois filhos de Manassés (Números, 26: 29) e três filhos de Efraim (Números, 26:35). No versículo 43, o diácono faz referência a um certo deus Renfã que está na LXX, porém, no escrito hebraico de Amós, 5: 26 o nome desse deus em hebraico é Quijum, não havendo, portanto, uma transliteração

de nomes próprios.

Como se infere a respeito da Septuaginta, a maioria dos estudiosos da era moderna acredita que foi uma tradução feita, paulatinamente, que abrangeu do século III ao I a.C. com exceção da Toráh que foi uma obra, exclusivamente, da segunda metade do século III a.C. Quanto ao número de seus tradutores, não se pode afirmar, com certeza, quantos eram.

Apesar dessas questões em torno da tradução grega dos escritos sagrados hebraicos, pode-se dizer que, essa obra teve ampla difusão e aceitação entre aqueles lugares onde estavam, especialmente, os judeus da “diáspora”; antes de haver, mais tarde, uma rejeição por parte do judaísmo. A LXX, nos primórdios do Cristianismo, foi utilizada pelos apóstolos, discípulos e pelo próprio Jesus Cristo. A propósito, a versão em grego do texto hebraico, aonde quer que ia, disseminava, entre os povos, as profecias a respeito da vinda do Messias e dos últimos tempos.

Enfim, para todos os estudiosos do grego bíblico ou do grego em geral a “Versão dos Setenta” tem grande valor, pois possuem, em suas mãos, uma tradução direto do hebraico para o idioma helênico, mesmo que essa tradução, no decorrer dos tempos, tenha recebido críticas por parte de especialistas e não seja a original.

Documentação Textual

A Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

Antigo Testamento Poliglota: Hebraico, Grego, Português, Inglês. – São Paulo: Vida Nova, Sociedade Bíblica do Brasil, 2003.

Bibliografia

CHARPENTIER, E. *Para Uma Primeira Leitura da Bíblia*. Tradução de Pe. José Raimundo. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

SELLIN, Ernst. & FOHRER, G. *Introdução ao Antigo Testamento*. Tradução de D. Mateus Rocha. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. Vol. I

_____. *Introdução ao Antigo Testamento*. Tradução de D. Mateus Rocha. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. Vol. II.

SILVA, Antônio Gilberto da. *A Bíblia através dos séculos*. Rio de Janeiro: CPAD, 1986.

VINE, W. E. *Dicionário Vine – O Significado Exegético e Expositivo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento*. Tradução de Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

Notas

¹ Esta Carta de Aristéias é considerada um documento “pseudo-epígrafo” para designar os livros religiosos não-canônicos. A denominação de “Carta de Aristéias a Filócrates” apareceu em um manuscrito, pela primeira vez, em Paris do século XIV: o Ms. Parisinus, 950 da Biblioteca Nacional de Paris. Convém lembrar que, apesar dessa delegação enviada à Jerusalém constituir o tema central da carta, há outros assuntos tais como: a liberdade de cem mil escravos judeus no Egito, a descrição da cidade de Jerusalém e do Templo entre outras abordagens.

² Denominado, mais tarde, de Pentateuco.

³ Salienta-se que os “targuns”, que significa ‘interpretações’, eram paráfrases ou explicações em aramaico do Antigo Testamento. Quando os judeus retornaram à Palestina (cf. o “Decreto de Ciro”, rei medo-persa, que se encontra em Esdras, 1: 2-4; 6: 2-5 e II Crônicas, 36: 23), haviam perdido o uso da “língua de seus antepassados”, então, havia a necessidade de um intérprete. Assim sendo, a leitura em público dos escritos sagrados era acompanhada de explicação pelo leitor, para que todos compreendessem como atesta Neemias: “E leram no livro, na Lei de Deus: e, declarando, e explicando o sentido, faziam que, lendo, se entendesse” (cap. 8: 8). A princípio esses “targuns” eram simples e resumidos, sendo, pouco a pouco, aperfeiçoados.

⁴ A divisão da Bíblia Hebraica é tríplice: a Lei, os Profetas e os Escritos Hagiógrafos (que se conhece no meio cristão pela denominação de livros históricos e poéticos; inclui também o livro de Daniel que é considerado histórico).

⁵ Os “Soferins” eram copistas, diga-se escribas, que faziam grandes estudos minuciosos dos manuscritos sagrados e corrigiam os possíveis erros; faziam também confrontações de cópias com cópias. Os trabalhos dos “Soferins” se iniciaram no tempo de Esdras (400 a.C.) e chegaram até o ano de 200 d.C.

⁶ O episódio desse bezerro de ouro se encontra em Êxodo, 32: 1-18. Os israelitas fizeram esse bezerro para adorá-lo, pois pensavam que Moisés havia morrido no Monte Sinai, por causa da demora do levita em descer do Monte.

⁷ Além da Héxapla, há uma segunda obra de Orígenes que é a Tétrapla, obra essa que não possui as duas primeiras colunas da Héxapla.

O FILÓSOFO GREGO: UM ANDARILHO EM BUSCA DE SUA PRÓPRIA SOMBRA

Dulcileide Virginio do Nascimento (UERJ / FGV)

RESUMO

A filosofia grega encontrou em Platão um de seus principais representantes. Uma de suas teorias tentava solucionar o problema da realidade e das aparências, da unidade ou pluralidade do ser. Seria, entretanto, a fonte dessa dualidade a psyche humana?

A partir da filosofia platônica e das teorias do neoplatônico Plotino, enfocaremos, neste artigo, o início de uma pesquisa que tem por objetivo descrever a trajetória dos estudos filosóficos relacionados à psyche na tentativa de visualizar neles o percurso de uma humanidade que ainda caminha em busca de sua própria sombra.

Palavras-chave: filosofia; psyche; Platão; Plotino.

“Cada corpo movido de fora é inanimado. O corpo movido de dentro é animado, pois que o movimento é a natureza da alma” (Fedon 245 e).

O homem nutre em seu interior o desejo por compreender, principalmente, o que vê, mas também o que sente, imagina e acredita existir...

A filosofia, ao buscar solucionar problemas relacionados à vida, como a questão da moral, encontra, inicialmente, em Platão uma preocupação, ou melhor, indagações sobre o sentido metafísico e cosmológico da realidade. Questões como a inconstância da vida, o contraste entre paixão e razão e a peregrinação do homem, prisioneiro em seu próprio corpo, levaram-nos a iniciar uma pesquisa em torno da questão da alma na filosofia.

Antes de tratarmos da alma, propriamente dita, na filosofia, é necessário tecer alguns comentários mitológicos. A palavra psyché, alma em grego, é o nome de uma princesa que causou ciúmes em Afrodite por conta de sua beleza e por quem Eros se apaixonou. Psyché é também o substantivo grego utilizado para nomear o animal que chamamos de borboleta. A borboleta, em sua trajetória, nasce na forma de uma lagarta, luta para sobreviver e se transformar, mesmo presa em um casulo e, finalmente, liberta-se quando lhe crescem as asas...assim também ocorreu com Psyché, que ao vencer vários empecilhos, ganha o perdão, o amor pleno de Eros e a imortalidade, ao comer ambrosia e ser conduzida pelas asas de Eros ao Olimpo. Acreditamos, portanto, que a imagem da borboleta é a metáfora perfeita da alma platônica.

Encontramos, também, no mito hesiódico das raças, Eros como força primordial e como responsável por unir todos os seres. Assim como em Hesíodo, o mito de Eros e Psique, descrito por Lúcio Apuleio (150 d.C.) no romance